

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.417.094 - SP (2018/0332604-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : I DE O
AGRAVANTE : T DE O (MENOR)
REPR. POR : T B
ADVOGADO : IVONE JOSÉ - SP099964
AGRAVADO : E C DE O
ADVOGADO : FREDERICO YUDI DE OLIVEIRA YANO - SP282587

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por I DE O e T DE O contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 522):

"REVISIONAL DE ALIMENTOS. Sentença que acolheu redução parcial dos alimentos devidos pelo pai aos filhos, arbitrando alimentos em 2,5 salários mínimos para a situação de desemprego. Embora a perda do emprego resulte na diminuição da renda, ao menos quanto aos valores dos ganhos formais, o fato de o autor ter celebrado acordo para fixação dos alimentos quando já estava desempregado e não ter comprovado sua atual fonte de renda, autoriza a redução, mas não no montante pretendido. Binômio necessidade-possibilidade que autoriza a fixação da pensão em 3,5 salários mínimos. RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DOS RÉUS PARCIALMENTE PROVIDO."

Os embargos de declaração às fls. 559-560 foram acolhidos, nesses termos (562-565):

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS DO ARTIGO 1.022 CPC. Omissão verificada e sanada. Recurso que é processado no efeito meramente devolutivo, na forma do artigo 1.012, §1º, II do CPC e artigos 13 e 14 da Lei de Alimentos. Tutela recursal prejudicada pelo julgamento do recurso, não verificado, ademais, o perigo de dano irreparável a justificar a suspensão da eficácia da sentença. EMBARGOS ACOLHIDOS, SEM ALTERAÇÃO DO RESULTADO."

Nas razões do recurso especial, I DE O e T DE O alegam, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 15 da Lei n. 5.478/68 e 1.699 do Código Civil, ao argumento, entre outros, que "(...) não obstante o 'desemprego', o alimentante possui capacidade financeira para arcar com os alimentos (...)". (fl. 540)

Instado a se manifestar, o d. Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do apelo, conforme parecer às fls. 643-648.

É o relatório. Decido.

O recurso em apreço não merece prosperar.

De início, considerando que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado já na vigência do CPC de 2015, aplica-se ao caso o Enunciado Administrativo n.º 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Com efeito, ao apontar violação aos arts. 15 da Lei n. 5.478/68 e 1.699 do CC, os recorrentes sustentam que não restou comprovada qualquer mudança na capacidade financeira do recorrido a ensejar a redução do *quantum* fixado a título de pensão alimentícia. O TJ-SP, por sua vez, soberano na análise do acervo fático-probatório, consignou que os elementos juntados aos autos autorizam a aceitação de que a capacidade financeira do autor, ora recorrido, restou prejudicada, tendo em vista a perda de seu emprego formal, o que justifica a redução do patamar fixado a título de pensão alimentícia. Confira-se excerto do v. acórdão recorrido (fls. 524-527):

"Em ação de divórcio, ainda no ano de 2.013, as partes celebraram acordo que estipulou a obrigação de pagamento de pensão alimentícia pelo genitor aos filhos em R\$ 4.000,00, para situação de emprego com vínculo empregatício, condição de autônomo ou desempregado, além de assumir o ônus financeiro de moradia (fls. 104).

Em março/2016, em ação revisional de alimentos ajuizada pelos filhos, foi celebrado acordo onde se estabeleceu a manutenção dos alimentos em R\$ 4.000,00 e a conversão da obrigação de moradia em pecúnia, também a título de alimentos, na importância de R\$ 2.300,00, totalizando a obrigação alimentar R\$ 6.300,00.

Em abril/2016 foi ajuizada a presente ação revisional de alimentos, onde o autor invocou sua condição de desemprego a partir de 7 de agosto de 2.015, assim como de sua companheira, para postular a redução da pensão para 30% de seus rendimentos líquidos se empregado e 1 salário mínimo enquanto desempregado ou autônomo.

Chama à atenção o fato de que o autor, ao tempo da fixação da primeira pensão, quando trabalhava com vínculo empregatício que lhe resultava entre registro e "por fora" renda em torno de R\$ 11.000,00, assumiu

obrigação alimentar de R\$ 4.000,00, esta estabelecida para situação de emprego, desemprego ou autônomo.

Não restou claro qual a origem dessa renda adicional, mas é possível extrair-se do fato de que estabelecida de forma única, sem variação para situação de desemprego e autônomo, que não era proveniente de seu emprego formal.

Posteriormente, em agosto/2015, perdeu o emprego, e como destacou a magistrada e pode ser constatado em seu Imposto de Renda e documento de Rescisão do Contrato de Trabalho, recebeu aproximadamente R\$ 40.000,00 de verbas rescisórias (fls. 41/43).

Apesar do estado de desemprego, em março/2016 celebrou composição onde assumiu obrigação de pagamento de pensão de R\$ 6.300,00 (R\$ 4.000,00 + R\$ 2.300,00), o que se revela totalmente incompatível com a afirmação de que não tinha outra fonte de renda, estando a viver das verba rescisórias.

A simples divisão dos valores indenizatórios recebidos pelo valor da pensão revela que em pouco mais de seis meses os recursos teriam se esgotado, isso pela consideração de que estavam sendo destinados exclusivamente ao pagamento da pensão, sem custeio das despesas pessoais do autor, de onde se extrai que o estado de desemprego é fator insuficiente a sustentar pedido de revisão da pensão para apenas um salário mínimo, com pretendido pelo autor.

Essa situação, aliada ao fato de que o autor permanece desempregado, sem que tenha trazido aos autos elementos probatórios convincentes de estado de endividamento, justificam a convicção de que já não está a retirar seu sustento de emprego formal, mas sim vivendo de atividade diversa, da qual não se tem maior notícia senão a exibição de um único contrato de prestação de serviços de consultoria, que lhe conferiu ganhos de R\$ 12.000,00 ao longo de seis meses.

[...]

Contudo, a despeito da míngua de maiores elementos probatórios quanto à efetiva capacidade de renda do autor, que também não se preocupou em produzir prova oral para demonstrar sua condição econômica, também não é possível ignorar que uma pensão de mais de R\$ 7.000,00 nos dias de hoje (valor atualizado da pensão estabelecida), é montante que se revela expressivo e excessivo frente ao teto de ganho declarado pelo próprio autor ao tempo do divórcio, e que, sem fontes alternativas de renda, não se sustentariam, pressupondo ganhos de pelo menos R\$ 20.000,00 para suprir suas necessidades, o que não foi afirmado que recebesse em qualquer momento do processo por ambas as partes e tampouco se mostra compatível com o próprio patrimônio amealhado pelo casal e objeto de

partilha ao tempo do divórcio, sequer havendo imóvel próprio.

Assim, possível aceitar-se, como o fez a magistrada sentenciante, que os elementos probatório autorizam a aceitação de redução da fortuna do autor pela perda do emprego formal e diminuição dessa renda reconhecida, mesmo que pela simples exclusão dessa verba declarada, mas não na proporção estabelecida, que resultou em redução da pensão em mais de 50%, o que se mostra excessivo pelas considerações feitas e pela análise do aspecto necessidade dos menores.

Quanto a ele, se de um lado houve redução de despesa com escola, em razão de bolsa de estudos obtida pela genitora, também sua capacidade de renda acabou sendo reduzida pela perda de um dos empregos que mantinha, não se podendo aceitar a singela indicação de despesas do autor para os menores, restrita a gastos com escola e plano de saúde ignorando moradia, lazer, alimentação, livros didáticos, etc.

Frente a este conjunto probatório, tem-se que houve alteração no binômio necessidade-possibilidade que autoriza a revisão da pensão alimentícia fixada, mas com sua redução para 3,5 salários mínimos mensais (salário mínimo federal), critério mantido para a situação de emprego formal, desemprego ou trabalho autônomo, pelas ponderações já realizadas, mantidas as demais disposições de vencimento e forma de pagamento estabelecidas na sentença.

Nesse aspecto, não prevalece a pensão de R\$ 4.000,00 para situações de vínculo empregatício ou autônomo, como estabelecido na sentença, devendo ser mantido o critério único para as várias situações, como estabelecido no divórcio pelas partes." (grifou-se)

Da leitura do excerto ora transcrito, verifica-se que a Corte de origem concluiu que restou evidenciada a diminuição da capacidade financeira do recorrido, ensejando a redução da pensão alimentícia para 3,5 salários mínimos, observando o binômio necessidade-possibilidade. Nesse contexto, a alteração desse entendimento, tal como pretendido, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ, que dispõe: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE RECONSIDERANDO DELIBERAÇÃO DA PRESIDÊNCIA, CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO AUTOR.
[...]*

4. Ademais, entender que a ora agravada não comprovou a impossibilidade de prover sua própria subsistência e, conseqüentemente concluir pela exoneração do dever de prestar alimentos, demandaria a incursão no acervo fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

[...]

6. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AgInt no AREsp 903.083/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 27/02/2018 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. REDUÇÃO. RECURSO DO CREDOR. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ARTIGOS 932, III, e 1.021, § 1º, DO CPC DE 2015. SÚMULA 182 DO STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Concluído pela Corte de origem que o recorrente, embora tenha atingido a maioria, ainda faz jus aos alimentos, porém em percentual menor da renda do recorrido, seu genitor, o reexame da questão esbarra no óbice de que trata o verbete n. 7 da Súmula desta Casa.

[...]

3. Agravo interno não conhecido."

(AgInt no AREsp 903.181/MG, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 27/04/2017 - grifou-se)

Por fim, tem-se que o entendimento atual desta Corte é no sentido de que a incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional.

A propósito, vide o seguinte precedente:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MATERIAIS. RESPONSABILIDADE. ALTERAÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

3. É impossível conhecer da alegada divergência interpretativa, pois a incidência da Súmula 7 do STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional.

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1237811/MG, Rel. **Ministro LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF

5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018 - grifou-se)

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator

